

MEDIADORES COM DEFICIÊNCIA NOS MUSEUS E CENTROS CULTURAIS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Alunas: Alina Yukari Yamada da Fonseca e Késsia Azevedo Braga
Orientadora: Cristina Carvalho

Introdução

O Grupo de Pesquisa em Educação, Museu, Cultura e Infância (GPEMCI) tem como objetivo investigar as atividades desenvolvidas pelos museus e centros culturais do município do Rio de Janeiro. Com o intuito de mapear os setores educativos e conhecer as estratégias pedagógicas utilizadas no desenvolvimento das ações educativas oferecidas ao público em geral - e de modo mais específico, às crianças de 0 a 6 anos -, aplicou-se um questionário piloto a essas instituições.

A partir dos primeiros estudos realizados pelo grupo e por esse instrumento de pesquisa, foi possível obter algumas informações sobre os públicos atendidos por esses espaços, dentre eles, o público com deficiência. Tendo em vista que as pesquisas sobre acessibilidade nos espaços não formais de educação estão direcionadas, em geral, para os visitantes, nossa atenção se voltou para a figura do mediador. Nessa perspectiva, tomamos como objeto de investigação o trabalho e os desafios enfrentados pelo mediador com deficiência atuante nos museus e centros culturais do município do Rio de Janeiro.

No primeiro momento da pesquisa, por meio da rede de contatos, encontramos uma mediadora cega que trabalha no Centro Cultural do Banco do Brasil, com a qual realizamos entrevista e participamos de uma visita mediada por ela.

No segundo momento, a fim de dar continuidade à pesquisa, incluímos novas perguntas ao questionário do GPEMCI relacionadas à existência de mediadores com deficiência nos museus e os recursos de acessibilidade utilizados nesses espaços. O presente trabalho traz os resultados obtidos com a aplicação e posterior análise dessas perguntas e as experiências de outros mediadores com deficiência que encontramos a partir do questionário aplicado.

Objetivos

O objetivo principal da pesquisa foi identificar outros mediadores com deficiência que atuam nos museus e centros culturais do município do Rio de Janeiro, os desafios enfrentados por eles, além de conhecer quais recursos estruturais e comunicacionais essas instituições oferecem tanto para os mediadores com deficiência quanto para o público com deficiência.

Em decorrência dessas reflexões, surgiram alguns questionamentos: Do que esses espaços dispõem em termos de acessibilidade? Qual a formação desses mediadores?

Quais os desafios que enfrentam? Como se preparam para ministrar as visitas mediadas? Como foi o processo de adaptação da instituição com esse mediador com deficiência? E ainda, os mediadores com deficiência que atuam nesses espaços têm voz ativa junto ao setor educativo e demais setores do espaço?

Metodologia

Para a realização da primeira etapa da investigação, incluímos no questionário do GEPEMCI, aplicado aos museus e centros culturais do município do Rio de Janeiro, algumas questões sobre a nossa temática. A análise dos dados possibilitou um panorama sobre a distribuição de recursos de acessibilidade nesses espaços e a identificação de mediadores com deficiência nesses locais. O questionário foi enviado aos 139 museus e centros culturais cadastrados no Guia dos Museus Brasileiros e obtivemos 85 respostas.

Em seguida, a fim de darmos continuidade à pesquisa com esses mediadores, entramos em contato por e-mail com as instituições que responderam afirmativamente à questão que buscava saber sobre a atuação de mediadores com deficiência em seus espaços. Estipulamos então o prazo de três semanas para o retorno das instituições. Como algumas não responderam, decidimos entrar em contato por telefone.

Na tentativa de compreender um pouco mais sobre o trabalho e a inserção desses profissionais nos museus e centros culturais, optamos pela realização de entrevista e observação do trabalho realizado pelos mediadores nesses espaços. Além disso, participamos de encontros, palestras e fóruns a fim de termos mais conhecimento sobre o tema Acessibilidade nos Museus e sabermos o que esses espaços dizem, em geral, a respeito de Inclusão de visitantes com deficiência.

Conclusões

As questões que incorporamos ao questionário do GEPEMCI com a temática voltada para a deficiência foram as seguintes:

1. “Existem mediadores com deficiência atuando na instituição?”
2. “Quais recursos estruturais a instituição oferece para o público com deficiência?”
3. “Quais os recursos de acessibilidade já foram utilizados nas exposições/atividades educativas?”

Por meio da pergunta de número 1 foi possível identificar a presença de outros mediadores com deficiência nos museus do município do Rio de Janeiro, para além do CCBB.

Nove instituições responderam afirmativamente à atuação desses mediadores: Centro Cultural do Banco do Brasil; Museu Nacional; Museu da Geodiversidade; Museu Sales Cunha; Riozoo; Museu Aeroterrestre da Brigada de Infantaria

Paraquedista; Museu do Negro; Fundação Planetário e Museu de Arte Contemporânea Bispo do Rosário. Entretanto, no contato com as instituições para darmos continuidade à nossa pesquisa, apenas o último museu, além do CCBB, possuía mediador com deficiência.

As razões para a mudança das respostas foram diversificadas: o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, situado na Quinta da Boa Vista, informou que essas mediadoras não atuavam mais no local. Ambas eram bolsistas, uma mediadora cega e a outra surda, e as duas possuíam bolsa temporária na instituição.

O Museu Sales Cunha estava fechado e o Rio Zoo declarou que só havia uma pessoa com deficiência trabalhando no setor administrativo e não na mediação.

Em relação ao Museu Aeroterrestre da Brigada de Infantaria Paraquedista e o Museu do Negro, ambos disseram ter interpretado de forma errada a questão pois não há nenhum monitor com deficiência atuando nessas instituições. O primeiro explicou que todos os mediadores que atuam no museu são militares, e por essa razão não podem ter deficiência, e o segundo esclareceu que somente realiza ações para atender o público com deficiência. Quanto à Fundação Planetário, não obtivemos mais resposta e pretendemos retornar o contato.

Cabe destacar que nossa participação no Iº Fórum sobre Inclusão em Centros e Museus de Ciência e Tecnologia, ocorrido no Auditório do Horto Botânico do Museu Nacional, foi uma oportunidade de dialogarmos com a instituição com o propósito de sabermos um pouco mais sobre o trabalho que desenvolviam no período em que contavam com as mediadoras com deficiência em sua equipe. Segundo uma das responsáveis pelo Setor de Assistência ao Ensino do Museu Nacional, esse foi um período de ricas experiências e muito aprendizado. Destacou a reação das crianças durante as visitas mediadas por essas mediadoras, enfatizou o convívio entre a mediadora cega e a surda, além da relação delas com a instituição.

Nesse mesmo encontro, no Iº Fórum sobre Inclusão, foi possível entrar em contato pessoalmente com uma educadora do Museu da Geodiversidade - instituição que também respondeu afirmativamente no questionário sobre a existência de mediadores com deficiência - já que não tínhamos conseguido contato até então para darmos continuidade ao trabalho. Segundo a educadora, a mediadora com deficiência já não atuava mais na instituição. Esclareceu que os mediadores que trabalham na instituição são todos bolsistas, sendo, portanto, difícil permanecerem por um período muito longo em decorrência da graduação que cursam.

O Fórum foi também uma oportunidade de apresentarmos nossa pesquisa e de conhecermos um pouco mais sobre o trabalho que Camila Alves vem desenvolvendo no Centro Cultural do Banco do Brasil, sua metodologia de trabalho e o que entende por mediação inclusiva. Segundo a mediadora, precisamos entender que as palavras têm

força, pois produzem sentido, criam mundos e metodologias de trabalho. Em sua opinião, por meio das palavras são construídos conceitos que não existem a priori, alertando para a importância de termos consciência dessa potencialidade. Exemplificou com o conceito de "deficiência", construído pela medicina, o qual diz que a pessoa com deficiência apresenta um déficit. Sendo assim, o entendimento desse conceito como um déficit faz com que o trabalho de mediação para as pessoas com deficiência seja um trabalho de intervenção para restituir a essas pessoas alguma falta que elas possam ter.

A educadora também chamou a atenção para o lugar privilegiado que a visão vem recebendo em relação aos outros sentidos, ressaltando a necessidade de desnaturalizarmos essa ideia para que a acessibilidade aconteça de fato, "precisamos de outra política perceptiva que desnaturalize o uso de apenas um sentido" (Camila, 2016).

Museu Bispo do Rosário

O Museu Bispo do Rosário, único museu além do CCBB que efetivamente possui mediador com deficiência, foi criado em 1982, está localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, dentro da Colônia Juliano Moreira, hospital psiquiátrico fundado na primeira metade do século XX, associado à Secretaria Municipal de Saúde. Atualmente a Colônia serve como residência para centenas de pessoas, inclusive as que recebem atendimento psiquiátrico, os quais convivem e mantêm suas relações sociais nesse bairro, frequentando os espaços e lugares do entorno, como acontece no Museu Bispo do Rosário.

Bispo do Rosário foi um artista brasileiro do século XX, diagnosticado com uma doença mental: esquizofrenia paranóide. A partir de seu diagnóstico, passou por manicômios até fixar moradia na Colônia Juliano Moreira, local onde se encontra o Museu atualmente.

A assistência psiquiátrica no Brasil é resumida por Heitor Resende (2007, p. 36) em apenas uma palavra: exclusão. Segundo Figueiredo (2010, p. 15), é surpreendente que "Arthur Bispo do Rosário driblou o anonimato da exclusão com sua arte, proporcionando-lhe uma identidade individual em meio ao nada". Seu acervo conta com 802 obras entre acumulações, vestimentas e objetos recobertos por fio azul.

Tendo em vista a história do Museu e de seu entorno, foi muito interessante sabermos que essa instituição dá oportunidades para que pessoas com deficiência mental atuem como mediadores, contribuindo, dessa forma, para tirá-las da exclusão, tornando-as participantes ativas na sociedade da qual fazem parte.

Entrevista

Agendamos uma entrevista com os mediadores que atuam no Museu Bispo do Rosário há aproximadamente dois meses, ambos usuários da saúde mental, atendidos

pelo Centro de Atenção Psicossocial de Saúde (CAPS). O CAPS se configura como unidade especializada em saúde mental para tratamento e reinserção social de pessoas com sofrimento e transtorno mental grave e persistente, atuando sob uma ótica interdisciplinar, substitutivo ao modelo asilar (Brasil, 2011, apud Brasil, 2015, p. 9).

Deficiência mental é a “limitação das funções mentais gerais, necessárias à compreensão e interpretação integradas a diferentes funções mentais, incluindo todas as funções cognitivas e seu desenvolvimento ao longo da vida” (World Health Organization, 2001, p. 51 apud Zeoti e Petean, 2008, p. 306)

Os dois mediadores receberam formação para atuarem no Museu através de uma monitora que trabalha no CAPS. Na fala de um dos entrevistados foi possível perceber o quanto ele identifica esse atendimento como um meio de se reintegrar à sociedade. “*Fui reintegrado à sociedade para fazer esse serviço*” (Entrevista, Ivanildo, 2016).

Durante a entrevista, chamou atenção o fato do entrevistado falar da saúde como componente cultural. Ivanildo ressaltou que saúde é cultura, que gosta de falar sobre saúde, que entende do assunto, mas não se aprofunda muito em sua fala, o que não nos permite saber se ele toca nesse assunto, de fato, durante as visitas e como esse tema é trabalhado por ele durante suas mediações. Acreditamos que isso se deva à sua participação de dez anos no CAPS.

José Wellington destacou a mediação como um processo que deve ser construído junto com o visitante, utilizando-se do que o visitante traz no momento da visita e entendendo sua percepção acerca do mundo:

(...) às vezes o artista faz num sentido concreto, mas você tem o direito de, em cima daquilo, construir a sua visão e junto com a pessoa (...). Era o que o Bispo fazia, quando ele perguntava qual a cor da minha aura, porque ali era uma senha para entrar no mundo dele. (Entrevista, José Wellington, 2016)

Demonstrou, portanto, conhecer a história do Bispo do Rosário, a maneira como ele lidava com as pessoas ao seu redor e utiliza desse conhecimento para fazer as suas próprias mediações. José reforçou ainda mais essa ideia unindo o conceito de tempo e espaço ao de mediação, quando destaca em sua fala: “*(...) É isso, a questão de tempo e espaço para o artista, ganha outro significado. Não é uma coisa parada, mecânica, a gente constrói junto. Acho que mediar é construir junto.*”

Em relação aos desafios, os dois mediadores disseram não encontrar nenhuma dificuldade para atuarem como mediadores e afirmaram que a equipe do setor educativo dá muita força na preparação para as visitas e também nos estudos das obras. Durante a entrevista, por diversas vezes, pudemos notar a satisfação e o prazer que ambos têm em trabalhar na instituição e o gosto que têm pela arte. Quanto às adaptações feitas por parte do museu para recebê-los, ou seja, para atender às suas necessidades específicas,

ambos salientaram que não houve, pois não foi necessário, relatando que são tratados como qualquer outro funcionário sem deficiência.

Neste aspecto, acreditamos que a referência de vida do Bispo do Rosário, no museu onde esses mediadores estão inseridos, além do meio social onde a instituição se encontra, afeta significativamente a maneira como o museu se relaciona com esses mediadores. Foi possível perceber que se trata de uma relação de escuta e empatia, bem diferente da realidade de exclusão social vivida por muitas pessoas com deficiência mental, como apresenta a bibliografia estudada (FIGUEIREDO, 2010) e a pesquisa realizada por Zeoti e Petean (2008), que demonstra a dificuldade de inserção do deficiente no mercado de trabalho no Brasil.

Sabemos que esta relação identificada pode ser também fruto das transformações políticas e sociais que vêm ocorrendo em nossa sociedade, pois, de acordo com Kirst e Silva (2008, p. 02):

As minorias passaram a ganhar voz, a serem vistas de outra forma, tanto as mulheres, os negros, os gays e, é claro, também as pessoas com deficiências, sejam elas físicas ou mentais, passaram a expor suas opiniões e requerer seus direitos perante a sociedade. As pessoas com deficiência conquistaram, nos últimos anos, a responsabilidade de protagonizar a sua história e as suas lutas.

A respeito das diferentes maneiras de promover a inclusão dentro do Museu Bispo do Rosário, José fala de seu desejo de “(...) *dentro das nossas possibilidades, fazer daquele espaço da cela (...) um meio de também fazer as pessoas entenderem como é o CAPS agora, o manicômio agora, que antigamente era aquela tortura, mas que agora está nessa coisa bonita*”. Este mediador se refere ao antigo manicômio como ambiente de tortura, maus tratos e castigos severos e enfatiza uma parte da exposição que deseja criar junto à diretoria do Museu para que sirva como parte integrante da luta antimanicomial, mostrando para os visitantes como era o manicômio quando Bispo ali vivia, já retratado na exposição Cella, e como o ambiente é atualmente, sem castigos e/ou punições para os usuários da saúde mental no CAPS.

Os dois mediadores relataram que o museu não oferece nenhuma atividade específica voltada para o público com deficiência, apesar de se mostrarem solidários no momento da mediação e dispostos a ajudar os cadeirantes quando visitam a instituição, reforçando em suas falas a ideia de que esta solidariedade torna a relação mais humana e faz o indivíduo se sentir igual a qualquer cidadão. Para exemplificar, utilizam sua própria vivência como usuário da saúde mental, ressaltando positivamente essa postura de empatia para com o outro.

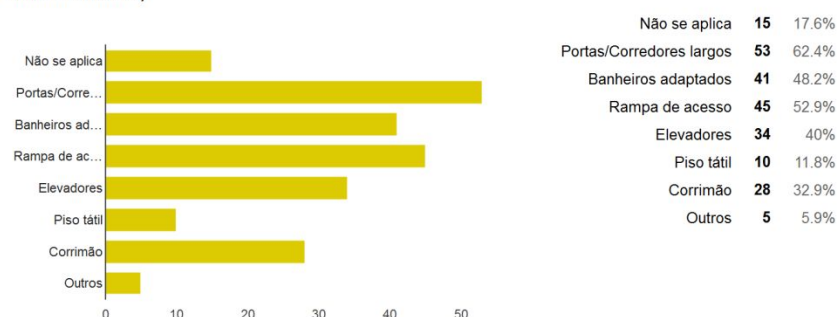
Ivanildo e José mencionaram a Lei da Reforma Psiquiátrica 10.216 de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental e como ela se dá na prática,

acabando com o tratamento de tortura vivenciado pelos usuários da saúde mental quando a referida Lei ainda não vigorava. Uma das práticas que se modificou a partir da lei foi a utilização de eletrochoque como forma de punição, a qual Ivanildo cita com pesar em sua fala “*No passado era eletrochoque, são coisas que não vem beneficiar o ser humano. Por exemplo, eu não estava preparado pra tomar um eletrochoque de repente, isso acontecia muito...*”.

Recursos de acessibilidade (questão 2)

A segunda questão, já citada anteriormente - “Quais recursos estruturais a instituição oferece para o público com deficiência?” - incorporada ao questionário do GEPEMCI, continha oito alternativas para resposta, possibilitando que o respondente assinalasse mais de uma alternativa. Eram as seguintes: Não se aplica; Portas/corredores largos; Banheiros adaptados; Rampa de acesso; Elevadores; Piso tátil; Corrimão e Outros. Estas alternativas estão diretamente ligadas à estrutura museal para caracterizar a acessibilidade dos museus respondentes. Por meio das respostas assinaladas identificamos o que Vlachou e Alves destacam em relação à ideia de museu acessível. Segundo os autores, para a maioria das pessoas acessibilidade é um museu com rampas, e é justamente o que identificamos nas respostas das instituições.

6. Quais os recursos estruturais a instituição oferece para o público com deficiência? (Pode assinalar mais de uma alternativa)



(Fonte: GEPEMCI/ 2016)

Constatamos que 45 instituições oferecem rampas de acesso, exemplificando, assim, a acessibilidade ao público deficiente, o que reforça a ideia de que as instituições referem-se à acessibilidade como ligada à existência de rampas de acesso para falar sobre acessibilidade.

Esse número só é superado pelo de instituições que utilizam portas ou corredores largos - 53 instituições. A terceira questão mais respondida é a referente ao uso dos banheiros adaptados, respondida por 41 instituições. Trinta e quatro museus responderam afirmativamente à utilização de elevadores como recurso de acessibilidade, seguido pelo uso de corrimão (28). Quinze instituições responderam “Não se aplica”, seguido de “Outros” (5), ou seja, o uso de recursos que não estão especificados nas alternativas. Acreditamos que quanto maior a quantidade de recursos

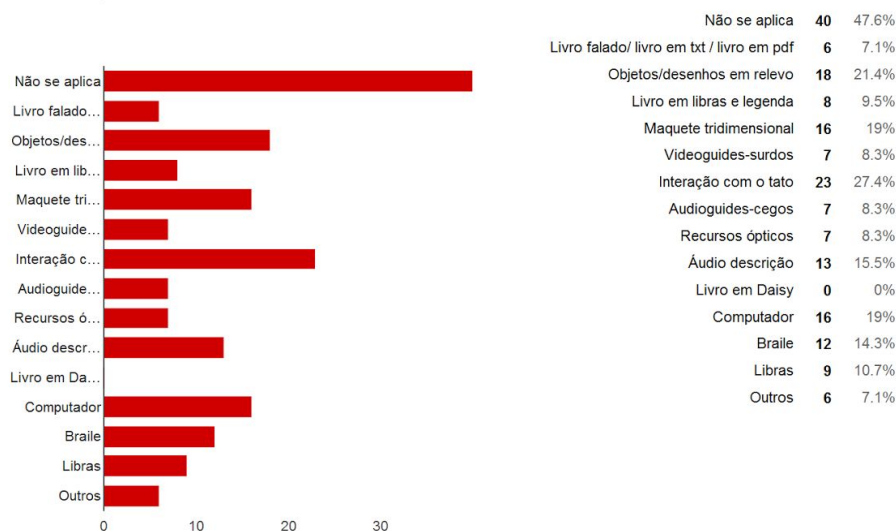
aplicados às instituições, mais precisamente será possível, de fato, medir a sua acessibilidade.

Algo que chamou nossa atenção foi que, para alguns dos museus, oferecer acessibilidade estrutural é um desafio ainda maior, como no caso do Museu Nacional, prédio tombado, onde as modificações estruturais são muito difíceis de serem realizadas, sendo necessário outras medidas para tornar acessível o local para pessoas com deficiência.

Verificamos que todas as instituições que possuem atualmente ou possuíam mediadores com deficiência (Museu Nacional, Museu Bispo do Rosário, CCBB e Museu da Geodiversidade) oferecem como recursos estruturais portas e corredores largos, sendo que os dois últimos oferecem banheiros adaptados e rampas de acesso. Identificamos também que, entre as quatro instituições, a que mais oferece recursos de acessibilidade estruturais é o CCBB. No entanto, esta instituição, mesmo tendo em sua equipe, no momento em que o questionário foi aplicado, uma mediadora cega, não oferece como recurso de acessibilidade o piso tátil.

A questão 3 - “Quais os recursos de acessibilidade já foram utilizados nas exposições/atividades educativas?” - também incorporada ao questionário do GPEMCI, continha 15 alternativas para resposta, possibilitando ao entrevistado assinalar mais de uma alternativa. Eram as seguintes: Não se aplica; Livro falado/ livro em txt/ livro em pdf; Objetos/ desenhos em relevo; Livros em libras e legenda; Maquete tridimensional; Videoguides-surdos; Interação com o tato; Audioguides-cegos; Recursos ópticos; Áudio descrição; Livro em Daisy; Computador; Braille; Libras e Outros.

5. Quais os recursos de acessibilidade já foram utilizados nas exposições/atividades educativas? (Pode assinalar mais de uma alternativa)



(Fonte: GPEMCI/2016)

Todos esses recursos apresentados são recursos de acessibilidade ligados à comunicação, o que chamaremos de recursos comunicacionais. Eles servem para que

seja possível a comunicação com o público com deficiência, especificamente para pessoas com deficiência auditiva e pessoas com deficiência visual (cegos e pessoas com baixa visão). A maior parte desses recursos estão voltados para este último grupo (9) e apenas 3 recursos são destinados a surdos. Acreditamos que o computador pode ser um recurso de acessibilidade tanto para cegos quanto para surdos, desde que disponha dos programas específicos. A escolha desses recursos como possibilidade de resposta se deu pelo que encontramos de recursos disponíveis em algumas bibliografias e sites.

Por meio das respostas obtidas, constatamos que um número significativo de instituições não faz uso de recursos de acessibilidade em suas exposições/ atividades educativas, pois a alternativa “Não se aplica” foi assinalada em 40 questionários, ou seja, quase a metade das instituições não utiliza esses recursos.

Indagamos, então, se essas instituições que responderam “Não se aplica” acreditam que a acessibilidade se restringe apenas à estrutura dos prédios ou à disponibilização de rampas, já que um número relativamente alto de instituições disseram disponibilizar esses recursos.

Além disso, identificamos que o recurso que apareceu com mais frequência nas respostas foi o de “Interação com o tato” - 23 respostas, seguido pelo recurso “Objetos/ desenhos em relevo - 18 respostas, “Maquete tridimensional” - 16 respostas, “Áudio-descrição” - 13 respostas e “Braille” - 12 respostas. Foi possível perceber que, em geral, as instituições oferecem mais recursos ao público cego do que ao público surdo, já que os recursos “Libras”, “Video-guides surdos” e “Livros em libras e legendas”, aparecem com menos frequência nas respostas, com 9, 7 e 8 respostas, respectivamente.

Relacionando os recursos comunicacionais de acessibilidade e atuação de mediadores com deficiência, verificamos que todas as instituições que possuíam ou possuem atualmente mediadores com deficiência (Museu Nacional, Museu Bispo do Rosário, CCBB e Museu da Geodiversidade) oferecem como recursos de comunicação a interação com o tato. Identificamos também que as opções de recurso “objetos/desenhos em relevo” e “libras” estão presente em 3 das 4 instituições.

Consideramos interessante o fato de que no Museu Nacional, local onde já trabalhou uma mediadora surda, ter disponibilizado todos os recursos aqui apresentados para os surdos, assim como no caso do CCBB, que já disponibilizou todos recursos de acessibilidade comunicacional aqui apresentados para os cegos, instituição onde trabalha uma mediadora cega. Isso significa que, nesse aspecto da comunicação, ambas as instituições são acessíveis para essas mediadoras. Contudo, se analisarmos o lado da acessibilidade estrutural, o mesmo não acontece, como já destacado anteriormente.

Nessa perspectiva, entendemos que a oferta de recursos de acessibilidade comunicacional pelas instituições pode ser beneficiada pela presença de um mediador

com deficiência na instituição, além de não beneficiar somente ele próprio, mas também o público com deficiência. De acordo com o observado, existe uma relação entre a deficiência do mediador e os recursos apresentados pela instituição, tanto no Museu Nacional quanto no CCBB. São essas duas instituições as que mais oferecem recursos de acessibilidade, 7 e 10, respectivamente.

Diante do observado e estudado, destacamos com o presente trabalho a importância da atuação dos mediadores com deficiência nos museus e centros culturais como forma eficiente de promover a inclusão social dos indivíduos, principalmente dos usuários da saúde mental, que por tanto tempo ficaram à margem da sociedade e foram alvo de preconceito. Acreditamos e reforçamos a ideia de que o museu, como espaço de educação não formal, seja capaz de tirar a pessoa com deficiência do lugar de excluído, proporcionando visibilidade social e autonomia, tornando-o cidadão ativo e pertencente, de fato, à sociedade na qual está inserido.

Referências

- 1- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- 2- FIGUEIREDO, Alda de Moura Macedo. **Manto da apresentação: Arthur Bispo do Rosário em diálogo com Deus.** Niterói. 2010
- 3- FLÓREZ, Lilian Suescun et al. **Qual o discurso privilegiado nos jardins botânicos? tensões e aproximações entre linguagem científica e linguagem leiga** In: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio MAST - vol.5 n.1– 2012
- 4- RESENDE, Heitor. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: TUNDIS, Silvério Almeida; COSTA, Nilson do Rosário. (Org.) Cidadania e Loucura; políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2007.
- 5- MONTEIRO, Líbia Gomes et al. **Responsabilidade social empresarial: inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho** In: Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, n.3, p.459-480, Set.-Dez., 2011
- 6- NETO, Manoel Valente Figueiredo, ROSA, Lúcia Cristina. **A Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216) e suas heterogeneidades enunciativas: Perspectivas interdisciplinares.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 82, nov 2010. Disponível em:<http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=8661&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em 20 jul 2016.

7- SILVA, Maria Cristina da Rosa Fonseca, KIRST, Adriane Cristine. **Museu de arte, inclusão da pessoa cega, desafios do educativo.**

8- SILVA, Maria Cristina da Rosa Fonseca, KIRST, Adriane Cristine. **Quando o público cego vai ao Museu de Arte.**

9- VLACHOU, Maria, ALVES, Fátima. **Acessibilidade nos museus.** In: Serviços Educativos na Cultura, coleção: Públicos nº2, cap. III, p. 98, 2007.

10- ZEOTIL, Fernanda Saviani, PETEAN, Eucia Beatriz Lopes. **A Qualidade de Vida de Pessoas com Deficiência Mental Leve.** In: Psicologia: Teoria e Pesquisa, v.24, n.3, p.305-311, 2008.